

A Agenda FIESP II: uma análise econômica do apoio da entidade ao *impeachment* de 2016¹

© Daniel Alem Rego

Assessor da Secretaria Executiva da
Presidência do Banco do Brasil.
E-mail: alem.daniel@gmail.com.ego
<https://orcid.org/0000-0003->

© Leonardo Bispo de Jesus Júnior

Professor Adjunto IV, da Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
E-mail: lbjunior@ufba.br.
<https://orcid.org/0000-0002-8767-300X>.

Doi: <https://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvqt.1.906>

Recebido em:
23 de agosto de 2023

Aceito em:
14 de dezembro de 2023

RESUMO

O apoio formal da FIESP ao processo de *impeachment*, que afastou a presidenta Dilma Rousseff, além de ter sido algo inédito na história da entidade industrial, foi uma guinada na relação criada com o PT e, mais precisamente, com o governo da citada mandatária. Assim, o objetivo do artigo é investigar o apoio desta entidade ao *impeachment*, buscando elucidar a projeção econômica que o empresariado industrial do estado de São Paulo materializou ao decidir atuar politicamente a favor do impedimento e, portanto, contra a manutenção de um projeto que, desde meados dos anos 2000, combinava crescimento econômico com certo grau de distribuição de renda. Foi identificado que o apoio da referida entidade industrial ao *impeachment* buscava, em um novo cenário econômico e político, manter o processo de redução de custos para o setor industrial, que já estava em curso, mas agora ocorreria em novas bases.

Palavras-chave: FIESP; *Impeachment*; Agenda FIESP II; Burguesia Interna; Bloco no Poder.

The FIESP Agenda II: An Economic Analysis of the Entity's Support for the 2016 Impeachment

ABSTRACT

FIESP's formal support for the impeachment process that removed President Dilma Rousseff, besides being unprecedented in the history of the industrial entity, was a turning point in the relationship that was created with the PT and, more precisely, with the government of the aforementioned representative. For this reason, the referred support for the impeachment will be investigated to elucidate the economic projection that the industrial class of the state of São Paulo materialized by deciding to act politically in favor of President Dilma Rousseff's impeachment. In consequence, against the maintenance of a project that, since the mid-2000s, combined economic growth with some degree of income distribution. It was concluded that the support of the referred industrial entity to the impeachment was sought to maintain the process of cost reduction for the industrial sector that was already in course, but now under new bases and in a new economic and political scenario.

Keywords: FIESP; Impeachment; Strategy FIESP II; Internal bourgeoisie; Bloc in power.

La Agenda FIESP II: un análisis económico del apoyo de la entidad al impeachment de 2016

RESUMEN

El apoyo formal de la FIESP al proceso de destitución que apartó a la presidenta Dilma Rousseff, además de ser algo inédito en la historia de la entidad industrial, representó un giro en la relación establecida con el PT y, más precisamente, con el gobierno de la mandataria mencionada. Así, el objetivo del artículo es investigar el apoyo de esta entidad al proceso de destitución, buscando esclarecer la proyección económica que el empresariado industrial del estado de São Paulo materializó al decidir actuar politicamente a favor del impedimento y, por lo tanto, en contra de la continuidad de un proyecto que, desde mediados de los años 2000, combinaba crecimiento económico con cierto grado de distribución de ingresos. Se identificó que el apoyo de esta entidad industrial al proceso de destitución buscaba, en un nuevo

ISSN: 2176-9257 (online)

¹ É uma versão da dissertação de mestrado "A Agenda FIESP II: uma análise econômica do apoio da entidade ao impeachment de 2016", defendida pelo autor, no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2019. Agradecemos a Eduardo Costa Pinto, a Hamilton de Moura Ferreira Júnior e a Uallace Moreira Lima pelas críticas e sugestões, assumindo a versão final como de nossa exclusiva responsabilidade.

escenario económico y político, mantener el proceso de reducción de costos para el sector industrial, que ya estaba en marcha, pero que ahora se daría sobre nuevas bases.

Palabras clave: FIESP; Destitución; Agenda FIESP II; Burguesía Interna; Bloque en el Poder.

INTRODUÇÃO

A expressão latina “*tu quoque*” derivou do conhecido episódio da história romana, no qual o sobrinho do imperador Júlio César, Marcus Junius Brutus, conspira com seus opositores e promove o assassinato deste em uma reunião do senado. A célebre frase teria sido proferida por César, ao notar, entre seus algozes, “Brutus”, por quem tinha bastante consideração.

Sentimento semelhante deve ter tomado a presidenta Dilma Rousseff, ao notar o apoio da principal entidade de classe industrial do país ao seu *impeachment*, mesmo após diversos elogios ao seu governo e a implementação de diversas medidas econômicas sugeridas pela própria FIESP.

Diante do histórico de afagos ao referido governo, resta evidente que o apoio desta entidade de classe ao *impeachment* merece investigação. Com efeito, a temática em apreço é relevante, especialmente por conta da FIESP ter alicerçado (como pode ser verificado nas diversas entrevistas, documentos, matérias, participações e atuações em conselhos e fóruns) os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse quadro fica ainda mais complexo ao constatar que o governo Dilma, na maior parte de seu primeiro mandato, implementou, como medidas de governo, grande parte da pauta de reivindicações dessa entidade.

Desse modo, o apoio da FIESP ao *impeachment* é investigado, buscando elucidar a projeção econômica que o empresariado industrial do estado de São Paulo materializou, ao decidir atuar politicamente a favor do impedimento da presidenta e, portanto, contra a manutenção de um projeto que, desde meados dos anos 2000, combinava crescimento econômico com certo grau de distribuição de renda.

Tal investigação, materializada especialmente através de pesquisa bibliográfica e documental, visa contribuir com o debate, presente em, por exemplo, Duarte (2020), utilizando-se como instrumental analítico teorias e conceitos econômicos para justificar (ou pelo menos explicar) o apoio da FIESP ao impedimento da presidenta.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção se aborda a formação da FIESP enquanto federação fundada para defender os específicos interesses dos industriais paulistas e sua relação com o bloco no poder. Na terceira se discute como as alterações no bloco do poder repercutem no padrão de desenvolvimento capitalista do país. Na quarta são abordadas quais seriam as pretensas razões econômicas e o contexto econômico no qual a FIESP, além de abandonar a frente de apoio da presidenta, tornou-se uma das vozes mais fortes em prol do seu impedimento, em 2016. Na quinta seção se realizam as considerações finais.

A FIESP E A SUA RELAÇÃO COM O BLOCO NO PODER

O Estado no plano concreto-real

A análise do apoio da FIESP ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff requer a identificação do lugar (político e social) sobre qual os empresários industriais estabelecem suas relações (capacidade de influenciar, dirigir, etc.) com o Estado. A identificação desse espaço contribui para um melhor entendimento das táticas e estratégias utilizadas pelo empresariado industrial na busca dos seus objetivos econômicos.

Portanto, mostra-se relevante na análise desse processo a percepção de que, no modo de produção capitalista (MPC), o conflito entre capital e Estado apenas costuma ser percebido quando se observa os capitalistas individualmente (frações de classe) nas disputas que realizam com o Estado em um determinado momento histórico e em um certo território (plano concreto real/nível conjuntural).

Isto porque, na dimensão do capital em geral, ou do próprio MPC (plano abstrato-formal), o Estado é a forma política da sociedade burguesa – ou seja, o poder de Estado corresponde perfeitamente ao poder de classe. No plano abstrato-formal, a correspondência do poder de Estado com o poder de

classe se justifica pela razão de que o Estado não se torna uma força social autônoma ou desprendida da sociedade quando, em certos contextos históricos, adquire certo grau de autonomia (CODATO; PERISSINOTO, 2001, p. 17).

De acordo com Pinto; Balanco (2014), é no plano abstrato formal que o Estado cumpre o papel de grande organizador, seja da acumulação da ordem capitalista, seja atuando na edificação e gerenciamento de elementos econômicos e institucionais que são importantes para a acumulação de capital.

Apesar de adequada no plano abstrato-formal, a ideia de que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2005) pode acarretar uma noção instrumental do Estado, na medida em que esse ideia pode ser vista erroneamente como uma ditadura de classe, para a qual se reproduz mecanicamente a dominação existente na base estrutural ou, em outros termos, na esfera da produção material. Bem por isso, como salientaram Pinto; Balanco(2014), tal ideia – embora tenha o mérito de capturar o papel do Estado no plano abstrato-formal, no qual o capital em geral garante sua condição de continuidade – não consegue dar conta da complexidade que envolve o Estado como locus político, no qual ocorre o confronto entre as frações das classes dominantes, entre si, e perante as classes dominadas.

Nesse sentido, é oportuno considerar que a análise do papel do Estado no processo de acumulação e reprodução do capital não deve se restringir a analisar o fenômeno da acumulação do capital em geral (em um nível mais elevado de abstração ou plano abstrato-formal), devendo, também, apontar as formas como as frações e as classes – na cena política – exercem seu poder, na tentativa de garantir a manutenção ou ampliação da sua parcela da renda e da riqueza, por via da influência que exerce nos aparelhos do Estado, buscando, assim, interferir em favor da concretização de políticas públicas que as favoreçam (PINTO; BALANCO, 2014).

Portanto, o entendimento do comportamento da FIESP (fração de classe) requer uma análise que esteja respaldada em um nível menor de abstração (plano concreto-real), em que os aspectos conjunturais das disputas existentes entre classes e frações de classe, ocorridas em certo território, em determinado momento histórico, sejam considerados. Como esforço inicial para tal entendimento, na próxima seção se abordará, brevemente, a história e a formação da FIESP.

A formação da FIESP

A FIESP se constitui como a mais importante associação representativa do empresariado industrial brasileiro. De tal sorte que sua atuação e a dos agentes históricos que ajudaram a criá-la foram, e ainda são, capazes de influenciar o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil (BARBOSA, 2008).

Convém anotar que, até a segunda metade dos anos 1920, a maioria dos industriais brasileiros (aqui inclusos os industriais paulistas) detinha as associações comerciais como o principal instrumento de articulação de seus interesses.

Destoando, porém, dessa tendência geral, em 1904 foi fundado o Centro Industrial do Brasil (CIB), no Rio de Janeiro, que, à época, tinha se constituído como a mais expressiva associação dentre aquelas que agrupavam os industriais, com uma especificidade associativa distinta da dos comerciantes. Embora almejasse representar o conjunto de industriais do Brasil, sua atuação ficou concentrada no Rio de Janeiro e no setor têxtil. Em São Paulo, naquele mesmo período em que o CIB se desenvolvia no Rio de Janeiro, ainda que já existissem associações representativas de alguns ramos industriais – como calçados e têxteis –, a principal entidade de representação dos industriais ainda era a Associação Comercial de São Paulo.

Foi somente com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, que ocorreu uma efetiva distinção dos industriais em relação aos empresários do comércio, principalmente o do comércio importador. A partir de então, os industriais paulistas começaram a se apresentar como um grupo distinto e com interesses próprios – ainda que pertencente ao empresariado urbano e às “classes conservadoras” (etiqueta repetidamente utilizada, à época, para designar, conjuntamente, a

indústria, a lavoura e o comércio)² (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Um ano após a criação do CIESP, o mundo assistiu a maior crise da história do capitalismo: a crise de 1929. Com a eclosão da crise, a economia da América Latina foi fortemente atingida, ao ter sua capacidade de importar reduzida, ao sofrer constrangimentos em suas contas públicas e ao padecer com a exaustão das suas reservas internacionais. Tais repercussões inviabilizavam, de fato, a continuidade de uma política econômica liberal (CANO, 2015).

A despeito da reação na AL não ter sido uniforme – por exemplo, Venezuela, Equador e América Central se mantiveram inertes, aguardando o retorno glorioso do liberalismo –, o Brasil, a Argentina, o México e o Chile formaram o grupo de países que responderam à crise de maneira ativa, substituindo seus governos liberais (por meios revolucionários ou eletivos) e alterando a condução das políticas econômicas numa direção que contemplava a intervenção do Estado Nacional (CANO, 2015).

Para enfrentar a difícil tarefa que o Estado tinha se colocado (enfrentar os efeitos da grave crise de 1929), ainda segundo Cano (2015), buscaram-se soluções que assegurassem a renda e o emprego da população, como a implementação de políticas para promover a industrialização. É nesse contexto histórico e nacional que o CIESP teria sua denominação modificada, uma vez que, em 1931, o presidente Getúlio Vargas decidiu criar uma estrutura sindical ligada ao governo. Desta forma, com a publicação do Decreto nº 19.770, em 19 de março de 1931, instituiu-se um modelo sindical baseado em associações de classe, federações estaduais e confederações; o CIESP passou a se chamar FIESP (CIESP, 2019).

Em 1939, os líderes industriais conseguiram a permissão para montar uma sociedade civil associada à Federação. Assim, voltava à ativa, em 1942, o CIESP, como sociedade civil vinculada à FIESP. Pouco tempo depois, como consequência do Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, foi criada a associação sindical patronal de grau superior, reconhecida em 11 de maio de 1942 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja denominação era a mesma que o CIESP passou a adotar entre 1931 e 1939, qual seja, FIESP (CALICCHIO; DELGADO, 2019a).

Responsável pela direção das seções regionais do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a FIESP integra um sistema que inclui o CIESP e o Instituto Roberto Simonsen. Desde então, a FIESP tem destacado sua atuação para fomentar um novo pensamento e uma nova metodologia em torno da industrialização, iniciativa fundamental para que o Brasil ampliasse seu parque industrial.

A FIESP como integrante da burguesia interna e a sua relação com o bloco no poder

Os estudos de Nico Poulantzas, acerca das classes dominantes no capitalismo, deram origem ao conceito de burguesia interna, representando uma fração da burguesia dos países dependentes que estaria localizada numa posição intermediária àquelas oriundas da tradição dos dirigentes comunistas. Esses estudos se tornaram uma valiosa contribuição teórica para tratar da questão do fracionamento verificado nas classes dominantes, bem como para analisar a relação entre os aspectos de ordem estrutural e conjuntural na determinação da posição que cada fração burguesa acaba assumindo³ (BOITO JR., 1999; MARTUSCELLI, 2014).

Mais precisamente, o conceito de burguesia interna diz respeito às relações entre frações de classe e a economia mundial sob a luz da internacionalização da produção, que ocorreu a partir de 1970. Ou seja, ao estudar os países capitalistas menos desenvolvidos da Europa, Poulantzas percebeu que a burguesia interna desses países mantinha “uma relação de unidade básica com o capital imperialista,

² Para entender o contexto de criação do CIESP, consultar Calicchio; Delgado (2019).

³ A velha tradição dos dirigentes da Internacional Comunista já dividia a burguesia dos países periféricos em compradora e nacional. A compradora seria aquela fração da burguesia que, em certa fase do imperialismo, integrou-se aos interesses do capital estrangeiro, funcionando como uma correia de transmissão, no interior do país dominado, dos interesses imperialistas. A nacional, por outro lado, tendo seus interesses ameaçados pela ação do capital imperialista, é a fração que formula um projeto e estabelece alianças com as classes populares com o intuito de formar uma frente anti-imperialista. Ver Boito Jr. (1999) e Berringer (2017).

sem, por isso, deixar de se atritar, no plano tático, com esse capital” (BOITO JR., 1999, p. 49).

Assim, na nova fase do imperialismo – em que a divisão internacional do trabalho deixou de se configurar pela clássica separação entre indústria e agricultura, para se configurar como um processo de internalização da produção imperialista nas formações sociais dependentes –, uma fração burguesa (a burguesia interna) passou a manter uma relação de dependência financeira e tecnológica com o capital externo, ao mesmo tempo em que sua produção foi direcionada, prioritariamente, para o mercado interno e/ou regional (BERRINGER, 2017).

Segundo Boito Jr. (2018, p. 303), a burguesia interna conserva tanto relações complexas de unidade com o capital externo (aspecto prioritário dessa relação), quanto relações de conflito. Assim, é possível concluir que a burguesia interna existe sob o signo da ambivalência: ora entra em choque com medidas patrocinadas pelo capital internacional e pelas forças políticas e econômicas a ele integradas; ora converge com elas no patrocínio de outras medidas (principalmente, quando se trata de questões ligadas ao barateamento da força de trabalho)⁴.

Avançando no mesmo sentido, Berringer (2017) considera que, ainda que a burguesia interna normalmente busque a proteção do Estado para garantir sua sobrevivência e sua capacidade de concorrer com os capitais externos (expondo, portanto, seus conflitos com o imperialismo), do ponto de vista da sua posição política-ideológica ela não é anti-imperialista.

Neste sentido, Filgueiras (2017) apresenta a grande burguesia interna brasileira como sendo integrada pelos diversos ramos da indústria de transformação (têxtil, alimento, bens de capital etc.), pela construção civil pesada, pelos segmentos do grande comércio varejista, pela cadeia produtiva de petróleo e gás, pela produção de *commodities* agrícolas e minerais⁵.

A FIES é uma entidade de classe que representa cerca de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais diferentes cadeias produtivas, distribuídas em 131 sindicatos patronais no estado de São Paulo (FIESP, 2019). Assim, a FIESP representa parcela significativa da burguesia interna e, como tal, estabelece relações de conciliação e de conflito com o capital internacional (ampliando e reduzindo, respectivamente, a situação de dependência).

Em relação aos referidos conflitos, cumpre assentar que os interesses específicos da FIESP colidentes com o capital estrangeiro, normalmente, estão relacionados à definição da taxa de câmbio; da taxa de juros; das tarifas alfandegárias; dos acordos de livre-comércio; da política tributária setorial; da política de subsídios e de crédito setoriais; da desnacionalização de certos setores, como do setor bancário; dentre tantas outras políticas (BOITO JR., 2018).

A implicação óbvia dessa cizânia de interesses é que muitas das políticas implementadas pelo Estado encontram, em boa parte das vezes, resistência no seio da própria burguesia e, dependendo do caso, do capital internacional. Na verdade, as políticas estatais representam a manifestação da correlação de forças existente entre as distintas frações burguesas e o imperialismo, contemplando, em dado momento, os interesses do imperialismo e das frações de classe a ele perfeitamente associados e, em outro momento, os interesses específicos da burguesia interna.

Desse modo, apesar de não se constituir como uma fração anti-imperialista, a FIESP (e o conjunto da burguesia interna) busca garantir que o Estado proteja seus interesses específicos, quando contestados e ameaçados pelo capital internacional. Isso faz com que a burguesia interna (e no caso específico, a FIESP) elabore táticas e estratégias para tirar o maior proveito de sua relação com o Estado. Por isso, a análise do processo de *impeachment* não pode prescindir do estudo da maneira como a burguesia interna tem se relacionado com o Estado brasileiro e das expectativas criadas por ela sobre

⁴ O confronto aos interesses dos trabalhadores tem sido a característica, por exemplo, da FIESP desde os tempos que ainda se chamava CIESP. Apesar das divergências que possuía com cafeicultores e comerciantes, unia-se a eles quando se tratava da definição das políticas sociais voltadas aos trabalhadores.

⁵ Boito Jr. (2018) acrescenta os bancos a esta lista. Para o autor, a introdução deste setor se justifica pelo fato de os bancos nacionais receberem proteção constitucional contra a ofensiva dos bancos estrangeiros, ao proibir que estes operem no Brasil sem que recebam antecipadamente autorização expressa da Presidência da República. Há, com esta percepção, uma divergência com Filgueiras (2017, s/p), para o qual os bancos compõem a fração burguesa cosmopolita ou burguesia compradora.

essa relação. Debate a ser feito na próxima seção.

ALTERAÇÕES NO BLOCO DO PODER E AS MUDANÇAS NO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

A FIESP, desde seu surgimento, enquanto fração de classe inserida em uma economia dependente, disputou os rumos do Estado Brasileiro, visando obter ganhos para o setor. Não foi diferente nas décadas imediatamente anteriores ao processo de impedimento, realizado em 2016, sendo que na década de noventa foi forjado no país o Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico e, em seguida, foi materializada uma Frente Neodesenvolvimentista, integrada pela própria FIESP, visando dar um novo rumo para a economia brasileira após o fracasso da utopia neoliberal.

A FIESP e a consolidação do padrão de desenvolvimento liberal periférico

A partir de meados da década de 1980, o paradigma desenvolvimentista periférico, que tinha no dirigismo estatal a garantia da obtenção do crescimento acelerado, foi sendo gradualmente substituído pelo paradigma neoliberal, que tem na abordagem dos mercados eficientes sua fonte de inspiração (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Filgueiras (2017) denomina esse paradigma de Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico. Para ele, um padrão de desenvolvimento capitalista é definido e identificado por uma gama de atributos (econômicos, sociais e políticos), que delimita, organiza e estrutura a dinâmica do processo de acumulação de capital e as formações sociais a ele subjacentes, existentes em certo Estado Nacional (território) e durante um determinado período histórico.

Como principal atributo de determinado padrão de desenvolvimento, Filgueiras (2017) destaca a maneira como o “Bloco no Poder” se encontra configurado. Isto porque, para ele, este atributo seria capaz de expressar e delimitar todos os outros que identificam um padrão de desenvolvimento. Assim, na medida em que o bloco no poder se constitui como o campo de atuação da unidade contraditória das classes e frações de classe na luta política, parece evidente a sua importância na estruturação da dinâmica do processo de acumulação de capital e das formações sociais que lhes são subjacentes.

Ao associar as formas de dependência que se sucederam na economia brasileira às definições de padrão de desenvolvimento, Filgueiras (2017) explana que: (i) entre 1850 e 1930, o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro ficou conhecido como padrão primário exportador; (ii) entre 1930 e 1990, ao mudar de características, passou a se chamar de padrão de substituição de importações, e, finalmente; (iii) a partir de 1990 aos dias atuais, de padrão liberal-periférico⁶.

O padrão liberal-periférico surgiu com a crise do padrão de substituição de importações, que teve como expressão a crise da dívida externa dos anos de 1980. Seu surgimento, todavia, como sugere o conceito de bloco no poder, deu-se em meio a intensas lutas entre classes e frações de classe dominantes. A hipótese da vitória de Lula e do programa nacional-estatista radical, que ele então encarnava nas eleições de 1989, alvoroçou e assustou as elites sociais e políticas, que se mobilizaram como um monólito em torno de Collor, embora muitos o desprezassem (REIS, 2019).

Assim, somente com a ameaça causada pelo avanço das forças políticas ligadas aos trabalhadores, o projeto neoliberal se consolidou como expressão política das elites brasileiras, unificando em um bloco as diversas frações do capital (mesmo que sob o signo da contradição e do confronto). Este movimento dissolveu a tentativa – observada, ao menos, até o fracasso do Plano Cruzado (1986 – 1988) e a promulgação da Constituição de 1988 – de atualizar o Modelo de Substituição de Importação, que garantiria a centralidade do Estado no processo de desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2006).

De fato, o governo do presidente Collor cumpriu o papel de introduzir várias medidas ligadas às prescrições do Consenso de Washington (e quando não as implementou efetivamente, foi responsável por introduzi-las oficialmente no debate público), rompendo, portanto, com o modelo brasileiro de crescimento e desenvolvimento com forte participação do Estado e proteção tarifária, praticado

⁶ Para uma descrição dos padrões de desenvolvimento citados, consultar Boito Jr. (2019); Filgueiras (2017) e Reis (2019).

durante grande parte do século XX (CASTRO, 2005).

Para Souza (2008, p. 200), a vitória de Collor, em 1989, representou a inauguração de um projeto que só se encerraria em 2002, no final do mandato de FHC. Apesar das profundas mudanças realizadas no manejo da economia, o resultado esperado não veio. A inflação, que seria (de acordo com o presidente Collor) abatida com um único tiro, a despeito de ter cedido um pouco, voltou a crescer a taxas próximas àsquelas existentes no início do governo em questão (SOUZA, 2008; ABREU; WERNECK, 2014).

Apesar do fracasso das medidas tomadas no Governo Collor, o fato é que no período da eleição, de 1994, muito por conta do êxito inicial do Plano Real, um cenário de otimismo começou a ser construído no país. Tal cenário foi sendo montado com as entidades empresariais subscrevendo a grande parte das medidas adotadas para alcançar a estabilidade macroeconômica e que pertenciam ao receituário neoliberal. Tal fato, no entanto, não afastou a existência de certas divergências no detalhamento das medidas, como, por exemplo, a oposição à paridade cambial praticada desde o início do governo FHC até o ano de 1999 ou a aversão à política de juros altos – utilizada pelo governo para atrair capitais externos, com intuito de garantir o equilíbrio no balanço de pagamentos.

Porém, pouco a pouco, aquele consenso formado pelas diversas frações da burguesia brasileira em torno da candidatura de FHC, em 1994, foi se erodindo, na medida em que ia sendo implementado o projeto ligado às ideias preconizadas no Consenso de Washington. Apesar da estratégia neoliberal não ter dado certo para o desenvolvimento da economia do país, o poder estrutural do capital financeiro aumentou (BASTOS, 2017).

Como contrapartida do repasse de US\$ 41,5 bilhões feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998, FHC se comprometeu a estabelecer e cumprir metas de superávit fiscal pelos três anos seguintes, antecipando um dos pontos que faria parte do novo tripé macroeconômico, institucionalizado quando da crise da âncora cambial, em 1999, que levou o país a adotar uma política de câmbio flutuante (BASTOS, 2017).

A necessidade de recorrer a dois novos acordos (US\$15,7 bilhões, em 2001, e US\$37 bilhões, em 2002) revela o fracasso da austeridade pretendida e anunciada, cujo objetivo era recuperar as receitas do setor privado, que possuía dívidas em dólares, e garantir a rolagem dos passivos com novos influxos de financiamento do exterior. O acordo realizado durante a campanha presidencial, de 2002, foi fundamental para disciplinar as propostas da candidatura de Lula, que produziu um documento – intitulado “Carta ao Povo Brasileiro” – assumindo o compromisso de respeitar os termos daquele acordo e, na prática, manter o tripé da política econômica (BASTOS, 2017).

Diante do que foi anteriormente exposto, e adotando a definição realizada por Filgueiras (2017), é possível dizer que o padrão liberal-periférico possui algumas características estruturais fundamentais que o diferenciam do padrão que o antecedeu. Com base nestas características, conclui-se que: o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulamentação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro frente às demais frações do capital; e é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o torna mais regressivo, ainda quando comparado a sua agenda e a forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais.

Sob tal padrão, a FIESP passou a acumular diversos prejuízos e, na medida em que o Estado ia sendo ainda mais hegemônico pelo rentismo, ela ia buscando novas formas de luta para, na sociedade (com classes e frações de classe dominadas) e no interior do bloco no poder (com outras classes e frações de classe dominantes), enfrentar as medidas que colidiam com seus interesses (FILGUEIRAS, 2017; BOITO JR., 2017; PINTO, BALANCO; 2014). Nesse contexto de esgotamento da política neoliberal, forjou-se uma frente neodesenvolvimentista, integrada pela FIESP, que deu sustentação política às medidas implementadas pelos governos petistas, conforme será explicitado doravante.

A FIESP e a formação de uma frente neodesenvolvimentista para promoção de mudanças no padrão de desenvolvimento liberal periférico

A chegada do PT ao governo federal, no ano de 2003, ocorreu em um quadro econômico muito

conturbado. Já em 2002, na trilha da campanha presidencial, o Brasil sofreu um intenso ataque especulativo, motivado, também, pela possibilidade de vitória do candidato petista, mas não só por isto. Na tentativa de acalmar o mercado, a candidatura petista à presidência da república divulgou, em 22 de junho de 2002, um documento intitulado “Carta ao Povo Brasileiro”, no qual se comprometia a respeitar os contratos assinados, manter o superávit primário nos níveis necessários, controlar a inflação e conservar o câmbio flutuante (PALOCCI FILHO, 2007).

Havia um cenário de elevada fragilidade macroeconômica, que favorecia a execução do ataque especulativo. Por conta da fragilidade das reservas internacionais, na casa dos US\$ 38 bilhões, dos quais US\$ 21 bilhões foram obtidos pelo governo FHC por meio de um empréstimo junto ao FMI, o Brasil tropeçava em uma aguda dívida líquida do setor público, indexada tanto à taxa básica de juros (Selic), quanto à taxa câmbio.

Com efeito, o que se viu, em 2002, em relação a 2001, foi uma substantiva piora das condições macroeconômicas: a inflação brasileira saltou de 7,7%, em 2001, para 12,5%, em 2002; a dívida líquida do setor público em relação ao PIB passou de 52%, em 2001, para 60%, ao final do governo de FHC; o risco-país superou a marca dos 2.400 pontos; enfim, uma situação de vulnerabilidade muito forte. Deste modo, verifica-se que o presidente Lula recebeu o país com, além dos já conhecidos e graves problemas sociais, a situação econômica fortemente deteriorada (BARBOSA FILHO, 2017).

A “Carta ao Povo Brasileiro”, combinada com a escolha para vice-presidente de um industrial do setor têxtil, representou uma mudança no projeto e na campanha do PT, quando comparado com as eleições de 1989, 1994 e 1998. Boito Jr. (2018) argumentava que ao redor dos governos petistas se formou uma frente política – por ele batizada de frente neodesenvolvimentista –, que dava sustentação às medidas implementadas por aqueles governos. Esta frente (formada pela burguesia interna e por importante parcela dos setores populares) possuía um programa pouco ambicioso – quando comparado a aliança (defendida até 1964) entre a classe operária e a burguesia nacional ou, mesmo, o programa estatizante que o partido defendeu durante a eleição de 1989.

É possível descrever aquela frente política que se formou como sendo ampla, heterogênea e repleta de contradições. Ela tinha como força dirigente a grande burguesia interna brasileira e reunia a baixa classe média, o operariado urbano e o camponês remediado. Além disso, também, incorporava aquele amplo e heterogêneo setor social que envolve desempregados, subempregados, trabalhadores autônomos, camponeses em situação de desgraça (campesinato pobre) e outros setores que compõem aquilo que Singer (2012) chamou de subproletariado (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

Atendendo ao programa dessa frente política, os governos do PT usaram alguns elementos de política econômica e social que se diferenciavam daqueles usados durante os mandatos de FHC. O programa da frente neodesenvolvimentista (frente dirigida pela burguesia interna) buscava o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, ainda que o almejassem sem que, para tal, fosse necessário ultrapassar os contornos do modelo neoliberal, ainda em curso no país (BOITO JR., 2012).

Dentre os elementos de política econômica e social usados durante os mandatos do referido partido, Boito Jr.; Berringer (2013) indicam: (i) políticas de valorização do salário mínimo e de transferências de renda, que tinham como efeito a elevação do consumo das famílias, dada elevada propensão marginal a consumir dessa parcela da sociedade; (ii) aumento da dotação orçamentária do BNDES, que se destinava ao financiamento da taxa de juros subsidiada oferecida às grandes empresas nacionais; (iii) elaboração de políticas de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no país em suas buscas de elevar a exportação de mercadorias e de capitais, e; (iv) durante os momentos de crise, política econômica anticíclica, como uma maneira de manter a demanda agregada.

Bastos (2017) acredita que o início do governo Lula foi marcado por uma precaução tática, em que o recuo buscava acumular forças para, posteriormente, mudar a política econômica por outra que expressasse melhor o arco de alianças que o elegeu. Porém, como alerta o autor, essa precaução ajudou a consolidar uma institucionalidade que condensava interesses estratégicos do capital financeiro e que lhe entregava um poder que tinha capacidade de vetar qualquer mudança que pudesse ser desfavorável na luta ideológica e na correlação de forças.

Por não ser um partido da burguesia interna e por possuir profundas relações com os movimentos sociais e com os segmentos populares organizados da sociedade, é compreensível que, para não sofrer

intenso desgaste em sua base social, o PT tivesse que incluir, em sua política social e econômica (ainda que marginalmente), reivindicações das classes populares. Aliás, a própria formação da frente neodesenvolvimentista só foi possível porque muitas das reivindicações das classes e frações de classe dos setores dominados tinham sido acolhidas no programa que a frente política passou a defender.

Contudo, como observado por Boito Jr. (2018), tal fato não impediu que os governos Lula e Dilma priorizassem a implantação daquelas políticas que contemplavam os interesses da burguesia interna. Essa observação se opõe à análise de Singer (2012), para a qual, a partir de 2003, contando com ajuda da conjuntura econômica internacional, os governos, sob o comando do PT, passaram a priorizar a redução da pobreza – dando destaque ao combate à miséria – e a ativação do mercado interno.

Evidentemente, seria um grave erro considerar que estes dez anos foram homogêneos e uniformes, sem alterações ou flexibilizações nas políticas econômicas. Barbosa Filho (2018), para facilitar a análise, dividiu esse período em quatro fases, considerando as prioridades do governo e os choques econômicos sofridos pelo país. Na primeira, de 2003 à 2005, tendo o ministro da Fazenda, Palocci Filho, a figura de maior expressão, adotou-se medidas fiscais e monetárias restritivas, visando combater o desequilíbrio externo e a elevação da inflação herdados de anos anteriores. A segunda, de 2006 à 2008, foi marcada pela tentativa do governo Lula acelerar o crescimento, elevando o investimento e aumentando o emprego. Na terceira, de 2009 à 2010, o governo adotou ações anticíclicas (redução do compulsório, corte da Selic, expansão do crédito direcionado por meio do BNDES, entre outras) para minimizar os efeitos da crise internacional de 2008. E, finalmente, a quarta, que cobre o primeiro biênio do primeiro governo Dilma, tendo como objetivo responder ao novo ambiente internacional, em que se observava queda dos preços de *commodities*, depreciação cambial e desaceleração do comércio mundial.

Eleita em 2010, Rousseff iniciou sua gestão promovendo um ajuste que visava desaquecer a economia. Elevou, em abril de 2011, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), indo de 1,5% para 3,0%, enquanto o Bacen adotou um conjunto de “medidas macro prudenciais”, que buscava elevar as restrições ao crédito, principalmente para aquisição de veículos. Além disso, o governo deu uma desacelerada no ritmo dos investimentos públicos⁷.

A segunda fase da crise financeira internacional se fez sentir, no governo Dilma, exatamente no último semestre de 2011. Nesta fase, houve um deslocamento do seu epicentro, partindo de *Wall Street* para o meio do continente europeu. A Itália, a Espanha e a França passaram a sofrer sucessivos ataques especulativos (SINGER, 2015). O governo Dilma, assim como fez o governo Lula, em 2008, buscou manter o ritmo de crescimento, com a adoção de medidas que vinham sendo montadas desde a substituição de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini no comando do Bacen, em novembro de 2010, as quais Singer (2015, p. 43) chamou de “ensaio desenvolvimentista”. Seguindo ele, entre 2011 e 2012, os desenvolvimentistas passaram a ocupar maior espaço nas decisões de política monetária, pressionando instituições financeiras privadas à reduzirem seus *spreads*, com apoio dos bancos estatais e de mudança nas regras da poupança (SINGER, 2015).

Quando parecia haver cessado o duelo existente no interior do governo Dilma, com a vitória dos desenvolvimentistas, o Bacen elevou a taxa Selic, em abril de 2013, redirecionando os bancos aos espaços de decisão da política monetária, frustrando, assim, a perspectiva de condução de uma política de intuito desenvolvimentista no país (SINGER, 2015).

A despeito desse aspecto, faz-se necessário marcar que, a partir de 2003, a realidade brasileira mudou significativamente, tocando em características fundamentais do padrão liberal-periférico. Com isso, não se quer dizer que um novo padrão de desenvolvimento tenha sido constituído durante o período em análise, até porque, para chegar a essa conclusão, seria necessário um esforço que foge ao escopo deste artigo. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que diversos atributos que integram a própria caracterização do padrão liberal-periférico foram dissolvidos pelas mudanças promovidas pelos governos sustentados pela frente neodesenvolvimentista, integrada pela FIESP. Diante disso, o que teria ocorrido, nos anos seguintes, para que esta entidade industrialista apoiasse o impedimento da

⁷ Essa atuação pragmática em direção a um intenso ajuste em pleno início de mandato tinha em Palocci Filho sua expressão mais visível. Palocci, após cinco anos de afastamento, voltara a ter importância nos rumos do governo, dessa vez não mais ocupando o Ministério da Fazenda, mas a chefia do Ministério da Casa Civil (VILLAVARDE, 2016).

Presidente da República?

Tentar-se-á responder a esta questão na próxima seção.

A CRISE 2014-2016. O APOIO AO IMPEACHMENT PELA FIESP

Ajuste fiscal, o germe da nova matriz econômica e os afagos ao governo

No quadro de crise internacional, a Agenda FIESP se viabilizou como a defesa de uma política econômica pautada na ideia de que o governo tinha exagerado na dose do ajuste fiscal. Essa narrativa torna razoável o apontamento feito por Rossi; Mello (2017) de que o ajuste praticado no início de 2011 era o prenúncio da estratégia que veio a ser implementada depois, uma vez que o ajuste naqueles moldes abria espaço fiscal para que o governo pudesse baixar mais rapidamente os juros e conceder os benefícios fiscais que eram requisitados por setores do empresariado, sobretudo o industrial.

Como ilustração de tal análise, um fato importante ocorreu em 26 de maio de 2011, com a publicação no caderno de Opinião, do jornal Folha de São Paulo, de artigo assinado pelos presidentes da FIESP (Paulo Skaf), da CUT (Arthur Henrique) e da Força Sindical (Paulo Pereira da Silva), que tinha como título “O Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, que anunciava a realização de um seminário organizado pelas entidades referidas, sendo que, na mesma ocasião, fora entregue um documento com tal temática ao governo federal.

Esse documento fazia o seguinte diagnóstico sobre os acontecimentos dos anos 2000: a economia brasileira apontava, para a década de 2010, uma curva mais estável de crescimento, resultante de uma política que articulou, na década anterior, estabilidade macroeconômica, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda. Havia, também, a constatação de que os governos do presidente Lula tinham acertado ao decidir dinamizar o grande potencial do mercado interno, via política de valorização do salário mínimo, universalização de programas como Pronaf (agricultura familiar) e Bolsa Família, aumento da disponibilidade de crédito, conexo a uma retomada dos investimentos públicos. Entretanto, segundo o documento, os resultados obtidos já não eram capazes de garantir a continuidade de um desenvolvimento virtuoso, sendo fundamental um novo projeto visando acelerar o desenvolvimento com justiça social (FIESP, 2011).

Nesse contexto e quadra histórica, a relação que a FIESP tinha estabelecido com os governos do PT era tão vantajosa aos seus interesses que, em entrevista dada ao programa televisivo “É Notícias”, de responsabilidade do jornalista Kenneth Alencar, em 27 de maio de 2013, o presidente da FIESP faz uma eloquente defesa à política do governo de redução do preço de energia, bem como ao modelo de concessões⁸ adotado pela equipe econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff, que, segundo ele, aumentaria a competitividade da economia nacional. Já em relação à política dos campeões nacionais⁹, Skaf ponderou, dizendo que seria melhor se não houvesse concentração e que milhares de pequenas e médias empresas também recebessem apoio do BNDES. Contudo, fez essa ponderação sem aprofundar na crítica à gestão desenvolvida por Luciano Coutinho, à frente do BNDES (ALENCAR, 2013).

Quando questionado, naquela mesma entrevista, sobre a responsabilidade atribuída aos governos do PT pelo processo de desindustrialização que estava em curso no Brasil, Skaf relativizou, argumentando que não seria justo culpar os governos petistas por este processo, já que a política de moeda sobrevalorizada dos Governos FHC provocou grandes prejuízos à indústria nacional. Ao se referir,

⁸Este modelo de concessão, denominado concessão a menor preço, diferenciava-se da utilizada pelos governos de FHC, denominada concessão onerosa, no seguinte aspecto: enquanto na segunda os vencedores eram aqueles que ofereciam o maior pagamento de outorgas (uma espécie de aluguel), o que onerava as tarifas cobradas pelos serviços prestados, mas elevava a arrecadação do governo, na concessão a menor preço vencia aquele que oferecesse a menor tarifa pelo serviço prestado, o que diminuía a arrecadação do governo, e, ainda, se houvesse prejuízo, o governo assumiria. Este modelo de concessão foi usado, principalmente, no setor de infraestrutura.

⁹ Almeida; Novais (2014) se refere a esta política como a seleção de empresas campeãs nacionais em setores com vantagens internacionais comparativas, como o agronegócio, a siderurgia e a mineração, bem como o favorecimento dos setores prejudicados pela forte concorrência externa.

contudo, ao câmbio praticado no governo Dilma, ponderou suas críticas, dizendo que a desvalorização promovida pelo governo Dilma, apesar de insuficiente, era equilibrada, na medida em que evitava pressão inflacionária (ALENCAR, 2013).

Dessa maneira, resta evidente que, até aquela quadra histórica, a FIESP integrava a frente neodesenvolvimentista que sustentava o governo Dilma que, por seu turno, atendia a diversas demandas do setor industrial, gestando políticas públicas visando implementar o que se convencionou chamar de Nova Matriz Econômica ou “Agenda FIESP” - que se constituiu numa tentativa de superar a deterioração estrutural do complexo industrial brasileiro e atender as pressões políticas das entidades empresariais (SKAF; HENRIQUE; SILVA, 2011; ROSSI; BIANCARELLI, 2015).

A expressão Nova Matriz Econômica (NME) foi cunhada pelo Secretário de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, ao tentar justificar, em uma longa entrevista dada ao jornal Valor Econômico, o pífio crescimento do PIB em 2012. Segundo o mesmo, o crescimento de 0,9% do PIB, em 2012, tinha sido resultado de um momento de acomodação, em que se abandonavam os ajustes realizados entre 2010 e 2012 (que impactaram as expectativas dos agentes econômicos) e se adotava aquilo que ele batizou como NME (ROMERO, 2012).

Por outro lado, a Agenda FIESP é uma expressão crítica, criada pela economista Laura Carvalho, para nomear o modelo econômico adotado em 2011 e aprofundado até as eleições presidenciais de 2014. Segundo Carvalho (2018), esta agenda se caracterizou pela diminuição dos juros, desvalorização do câmbio, retenção dos gastos e dos investimentos públicos e uma ampla política de desonerações tributárias, combinada com o represamento das tarifas de energia e com um alargamento do crédito do BNDES.

Como a autora revela, a utilização da expressão Agenda FIESP se deve ao fato de as associações patronais terem referendado as políticas colocadas em prática em fins de 2011. Ainda que elas tenham, como lembrou Carvalho (2018, p. 58-59), “abandonado o barco” e apoiado o *impeachment*. Doravante, discutir-se-á a crise que afligiu a economia brasileira entre os anos de 2014-2016 e seu reflexo no setor industrial.

A crise econômica 2014-2016 e o setor industrial

Em artigo publicado no *The New York Times*, em 12 de novembro de 2018, o economista norte-americano Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia, considerou que o Brasil foi vítima daquilo que ele chamou de uma tempestade perfeita, combinação de má sorte (*bad luck*) com más políticas (*bad policy*), com três pontos principais, a saber: A) acentuada deterioração do ambiente mundial, com a queda dos preços das *commodities*, ainda muito importante para a balança comercial brasileira; B) queda dos gastos privados domésticos, provavelmente por conta de um acúmulo excessivo de dívidas; e C) política econômica equivocada que, em vez de combater a depressão, acabou por exacerbá-la, ao promover uma austeridade fiscal e uma contração monetária (KRUGMAN, 2018).

A fase recessiva, que se iniciou em 2014, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE)¹⁰, entre as nove datadas pelo Comitê, a partir de 1980, foi a mais longa, empatando com a de 1989-1992. Nos onze trimestres de recessão, a perda acumulada do PIB foi de 8,6%, também a maior desde 1980, praticamente empatada com os 8,5% de queda do PIB na recessão de 1981-1983, com base em dados das Contas Nacionais do IBGE (CODACE, 2017).

Entre 2014 e 2016, o produto per capita brasileiro caiu cerca de 9%. Do ponto de vista do campo ortodoxo da economia, a crise deste período resultou daquele conjunto de políticas adotadas no bojo da NME, a partir de 2011/2012, que provocou uma queda na produtividade da economia brasileira. Almeida, Novais e Rocha (2016) salientam que, no período (2014-2016), o equilíbrio financeiro das ENFs no Brasil sofreu uma deterioração causada pela desvalorização cambial, retomada da trajetória de alta das taxas de juros – que, impactou o passivo em dólar e piorou as condições de empréstimo - e retração da demanda (consumo das famílias ou gasto público).

¹⁰ O CODACE foi criado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para estabelecer uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros.

Mesmo sem desconsiderar aquilo que chamou de os (grandes) erros de política econômica doméstica (*bad policy*), Borges (2018, s/p,) aponta para a existência de um significativo impacto, que era subestimado por vários analistas¹¹, daquilo que ele chamou de *bad luck* (eventos exógenos deletérios de natureza doméstica ou internacional). O autor, em seus estudos, sempre destacou, dentre os eventos exógenos domésticos, o quadro climático/hídrico/energético extremamente desfavorável na maior parte do período 2012-2016 e os efeitos da Operação Lava Jato (iniciada em março de 2014, no fim do trimestre que antecedeu, de forma imediata, o começo “oficial” da recessão, que se estendeu de 2014 a 2016).

A Operação Lava Jato foi responsável por uma perda estimada para a economia brasileira de algo em torno de R\$ 187,2 bilhões, ou 3,4% do PIB, elevando o desemprego de 7 para 14 milhões de pessoas, entre 2014 e 2017. Além das maiores empresas de engenharia do Brasil terem uma queda no faturamento de 37%, em 2016, quando comparado a 2015. A receita do segmento de engenharia e construção, que alcançou R\$ 140 bilhões, em 2013, caiu para R\$ 53 bilhões, em 2016, algo próximo ao verificado em 2006 (CAMPOS, 2019).

A indústria de transformação – setor no qual está inclusa grande parte dos membros da FIESP – sentiu a crise de maneira mais intensa e prévia que os demais setores. O valor adicionado desse setor, que já crescia a taxas menores, sofreu uma retração ainda maior depois de 2013. Em 2015, a rentabilidade do comércio e das atividades de serviço, também, tombou de maneira expressiva, apesar da situação da indústria receber especial preocupação, dada tendência de redução da participação deste setor no PIB ser notada desde a década de 1990 (ALMEIDA; NOVAIS; ROCHA, 2016).

A crise mundial não foi o único fator que impactou a indústria nacional. Ao longo dos anos 2000, a matriz industrial brasileira, também, foi afetada pelo ciclo de preço das *commodities*, pela crescente concorrência asiática e pela presença dos bancos públicos e dos fundos de pensão na capitalização de determinadas empresas da economia brasileira, apoiando a política de campeões nacionais (as empresas líderes setoriais foram impulsionadas pelas variadas formas de apoio destas instituições: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNDESPar, PREVI, PETROS, dentre outras) (ROCHA, 2015).

O concerto desses fatores ajustou o padrão de especialização produtiva da economia brasileira nas últimas décadas. Enquanto a indústria extrativa, por exemplo, impulsionada pelo ciclo de preços das *commodities*, mais que duplicou seu Valor de Transformação Industrial (VTI), a indústria de transformação cresceu, aproximadamente, 16% durante a década¹² (ROCHA, 2015).

Em relação ao gasto com pessoal, verificou-se que, justamente no período seguinte à crise mundial, ampliou-se sua participação relativa no VTI. Isto pode ter reforçado a queda da lucratividade percebida nos anos que coincidiram com os primeiros anos do governo da presidenta Dilma Rousseff, principalmente na ocasião que houve a conjugação da desaceleração e apreciação cambial, em 2010 e 2012. Com isto, é de se destacar que os salários exerceram uma pressão maior na indústria de transformação no período de desaceleração, posterior à crise, do que entre 2004 e 2009, durante o ciclo de crescimento (ROCHA, 2015).

Segundo Rocha (2015), o desempenho recente da indústria brasileira pode ser dividido em duas fases bem distintas: uma que conjugava forte crescimento e alta lucratividade; e outra, pós-crise, que combinava aumento da incerteza e queda dos indicadores de lucratividade. Neste sentido, nem a célere recuperação de 2009 foi capaz de amparar um ciclo maior de crescimento nos anos consequentes. Ao

¹¹ O autor, contudo, faz um alerta sobre a existência de controvérsias sobre o impacto da Operação Lava-jato no PIB 11 brasileiro. Alguns analistas identificam que a operação teria sido bastante negativa (queda de 15% do PIB, para alguns) e outros consideram o oposto, ao sugerirem que se não fosse a Operação, a recessão seria ainda mais grave. Ver Borges (2018).

¹² VTI é a diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), isto é, a soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), variação dos estoques dos produtos acabados e em elaboração, e produção própria realizada para o ativo imobilizado, e o Custo com as Operações Industriais (COI), resultado da soma do consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes, da compra de energia elétrica, do consumo de combustíveis e peças e acessórios; e dos serviços industriais e de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à produção prestados por terceiros.

passo que, com a situação bastante modificada, a partir de 2011, a dessemelhança dos seus efeitos em cada setor tornava a leitura dos dados mais complicada¹³.

Portanto, ainda que o governo federal tenha emplacado diversas medidas econômicas avalizadas pela própria FIESP, a situação da indústria no Brasil era ainda mais sensível do que dos outros setores diante da crise de 2014-2016, em um contexto tal que a entidade industrialista passou a defender o afastamento da presidenta eleita, mesmo diante da promessa do então vice-presidente de promover medidas antagônicas, quando comparadas àquelas defendidas pela frente neodesenvolvimentista, aproximando-se da ortodoxia econômica.

O diagnóstico ortodoxo da crise e a FIESP

Para parcela expressiva da ortodoxia econômica, a grave crise deflagrada, em 2014, seria o resultado do concerto entre o pacto social, fundado com a CF de 1988 (problema estrutural), e a concepção que passou a orientar a política econômica durante os governos do PT (problema conjuntural). Para alguns, essa passagem de orientação ocorreu em 2006 e tem como expressão a troca na condução do Ministério da Fazenda, de Palocci Filho para Guido Mantega¹⁴. Assim, o remédio para debelar a crise e extirpar suas causas seria a realização de um ajuste severo e estrutural, que enfrentasse os problemas conjunturais e, sobretudo, estruturais (ALMEIDA JR.; LISBOA; PESSOA, 2019).

O diagnóstico fiscalista presume que o Brasil, desde os anos 1980, é refém de um crônico problema de desequilíbrio fiscal no setor público e que esse problema vem sendo tratado de forma conjuntural e insuficiente (SAFATLE; BORGES; OLIVEIRA, 2016). A ideia é que o Estado não “cabe” no orçamento, sendo imperativo que se reduza o seu tamanho. Apesar de ter sido feito, desde 1999, maior esforço para alcançar o equilíbrio fiscal, o saneamento das contas tem se dado graças à subida da carga tributária, sobretudo dos impostos vinculados e contribuições sociais, não da redução da despesa primária.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a evolução das despesas, permitindo que algumas das assertivas da abordagem ortodoxa sejam demonstradas. Nela, as despesas de custeio (sem INSS) estão divididas em três grupos, a saber: programas sociais; custeio com saúde e educação, e; um resíduo, denominado de “custeio administrativo”. Afora, exhibe despesas como: investimento; INSS (aposentadoria, auxílios doenças, pensões, dentre outros); pessoal (servidores civis e militares ativos e não ativos); e despesas do Bacen somadas às transferências feitas a este pelo Tesouro Nacional – chamadas de “outros”.

¹³ A rentabilidade média dos setores de bens de consumo, ao longo do período, foi menor que dos demais setores, ainda que tenha exibido certo comportamento cíclico. Parte dessa diferença se deve a concorrência externa, impulsionada nos momentos de apreciação cambial (ROCHA, 2015, p. 169).

¹⁴ Contudo, mesmo entre ortodoxos, não há um consenso sobre o exato momento, durante os governos do PT, em que a intervenção estatal foi energizada.

Tabela 1: Gastos não financeiros do governo central de 1999 à 2012 (% do PIB).

Fonte: Tesouro Nacional e SIAFI *apud* Almeida Jr. (2013).

Ano	Pessoal	INSS	Custeio Administrativo	Custeio Saúde e Educação	Custeio Gastos Sociais	Investimento	Outros	Total
1999	4,50%	5,50%	1,60%	1,80%	0,60%	0,50%	0,10%	14,50%
2000	4,60%	5,60%	1,50%	1,80%	0,60%	0,70%	0,10%	14,70%
2001	4,80%	5,80%	1,00%	1,80%	0,90%	1,20%	0,10%	15,60%
2002	4,80%	6,00%	1,10%	1,80%	1,00%	1,00%	0,10%	15,70%
2003	4,50%	6,30%	1,20%	1,70%	1,00%	0,40%	0,10%	15,10%
2004	4,30%	6,50%	1,20%	1,70%	1,20%	0,60%	0,10%	15,60%
2005	4,30%	6,80%	1,50%	1,80%	1,30%	0,60%	0,10%	16,40%
2006	4,50%	7,00%	1,40%	1,70%	1,60%	0,70%	0,10%	17,00%
2007	4,40%	7,00%	1,50%	1,80%	1,60%	0,80%	0,10%	17,10%
2008	4,30%	6,60%	1,10%	1,80%	1,60%	0,90%	0,10%	16,40%
2009	4,70%	6,90%	1,10%	1,90%	1,90%	1,10%	0,10%	17,70%
2010	4,40%	6,80%	1,10%	2,00%	1,80%	1,20%	0,10%	17,40%
2011	4,30%	6,80%	1,10%	2,00%	1,90%	1,10%	0,10%	17,50%
2012	4,20%	7,20%	1,30%	2,20%	2,10%	1,10%	0,10%	18,20%
1999-2012	-0,30%	1,70%	-0,20%	0,30%	1,50%	0,60%	0,10%	3,70%

Almeida Jr. (2013), partindo desta tabela, considera que a despesa do INSS e a do custeio dos programas sociais (seguro desemprego mais abono salarial, Bolsa Família e o benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) são suficientes para explicar o crescimento da despesa primária, ocorrida entre 1999 e 2012. Isto porque, 84% do crescimento dessa despesa (como % do PIB) se deve ao crescimento dessas duas contas. Neste contexto, a regra de ajuste real do salário mínimo ganha considerável importância, pelos motivos já explicitados.

Nota-se que o crescimento da despesa primária do governo central, entre 1999 e 2012, foi de 3,7% do PIB. Essa conduta foi mantida nos dois primeiros anos do governo Dilma, atingindo um crescimento da despesa primária de 0,8% do PIB, enquanto o investimento público sofreu redução, quando comparado a 2010¹⁵. Com isso, percebe-se que o ajuste feito, a partir de 1999, não se deveu a um esforço de contenção das despesas, mas a um aumento da carga tributária¹⁶ (ALMEIDA JR., 2013).

A partir desse diagnóstico, a ortodoxia econômica argumenta que: (i) existe um problema estrutural nas despesas primárias do governo federal, que exerce uma pressão expansionista e que se origina em dispositivos constitucionais; (ii) para compensar essa constante elevação das despesas primárias, vem ocorrendo um contínuo crescimento da carga tributária; e, (iii) isto cria um forte constrangimento para expansão do investimento privado, haja vista que grande parte do recurso é drenado para cobrir as despesas públicas.

Disso derivava a necessidade de se realizar reformas que alterassem os dispositivos constitucionais, que majoram as despesas primárias. Dentre essas reformas, a mais cobrada pelos ortodoxos é a do sistema previdenciário (o governo Bolsonaro, em fins de 2019, aprovou uma Reforma da Previdência). Afirmavam que a reforma da previdência, além de ter como meta a eliminação das grandes e fortes distorções existentes no sistema vigente, teria de enfrentar a questão da maior sobrevivência para a média da população depois da aposentadoria. Outra fonte de preocupação era o fato de que a aposentadoria

¹⁵ A queda observada por Almeida Jr. (2013, p. 117) se refere, na verdade, a uma queda na taxa de crescimento e que só foi encontrada porque, como o próprio autor revela em nota de rodapé, a tabela elaborada por ele desconsiderava – divergindo dos dados publicados pelo Tesouro Nacional – os investimentos realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, na forma de subsídio.

¹⁶ Houve, em 23 anos, um salto da carga tributária de 10% em relação ao PIB, saindo de uma taxa de 25%, em 1991, e chegando a 35%, em 2014 – muito superior ao encontrado na maior parte dos países emergentes, onde as taxas se mantêm abaixo dos 30% (ALMEIDA JR.; LISBOA; PESSOA, 2019).

média por tempo de contribuição no Brasil era muito mais generosa que a existente na maior parte dos países – as mulheres, com a idade de 52 anos, e os homens, com 54 anos, o que foi alterado com a reforma (CAETANO, 2013; ALMEIDA JR.; LISBOA; PESSOA, 2019).

No bojo das reformas necessárias, também, estaria a reforma trabalhista, aprovada e em vigor desde 13 de julho de 2017, por ter a capacidade de contribuir com a elevação da produtividade do Brasil, via redução dos custos de produção. Isto seria importante, conforme argumenta Arbache (2013), dada futura situação demográfica, que obriga os então trabalhadores na ativa gerarem os recursos fiscais requeridos pelos orçamentos previdenciários.

Por tudo isso, por exemplo, tanto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quanto o Seguro Desemprego oneram a atividade econômica, indo de encontro ao necessário aumento da produtividade do país (FERREIRA; FIRMO, 2013). Com a reforma, algumas das regras que regulavam essas modalidades de auxílio ao trabalhador no Brasil foram modificadas, como é possível verificar em Carvalho (2017). Outro aspecto estrutural da economia brasileira, apontado como fonte de alocação ineficiente de recursos e que foi alterado com a reforma, estaria vinculado à rigidez dos contratos de trabalho, que dificultava a contratação de trabalho formal, atrapalhando a realização de novos negócios, por um lado, e, conseqüentemente, diminuindo a possibilidade de aumentar a arrecadação do Estado, por outro.

Nesse sentido, considerando o diagnóstico ortodoxo, o governo Dilma – para debelar a recessão e liquidar as distorções estruturais da economia brasileira – deveria realizar um conjunto de medidas que afrontariam os interesses das classes e frações de classe dos segmentos populares. Avaliando que a diversificada base popular dos governos petistas não aceitaria a materialização de tais medidas, os industriais paulistas, visando reduzir seus custos, alterando a formatação do bloco no poder, decidiram apoiar o processo de *impeachment*, por razões econômicas que serão elucidadas doravante.

O apoio ao *impeachment* e a agenda FIESP II

A partir do final de 2013, a FIESP foi dando sinais de que a frente neodesenvolvimentista não contava mais com seu empenho e engajamento. O primeiro sinal foi dado quando o seu vice-presidente, o empresário Benjamin Steinbruch (à época, presidente em exercício, por conta da candidatura de Paulo Skaf ao governo do estado de São Paulo), declarou, ainda durante a campanha presidencial para as eleições de 2014, que a candidata Marina Silva¹⁷ seria uma boa opção para presidir o Brasil.

Além desse sinal, houve outro mais emblemático, qual seja: o presidente licenciado da FIESP, Paulo Skaf, durante aquela campanha eleitoral, evitou dividir palanque com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff e, mais ainda, depois de derrotado na eleição para governador de São Paulo, declarou não saber, até aquele momento, quem apoiaria na campanha presidencial de segundo turno¹⁸.

É que, a partir de 2013, com a desaceleração do crescimento econômico, a ofensiva ideológica do capital internacional contra a Agenda FIESP e o ajuste fiscal promovido pelo segundo governo Dilma, a burguesia interna começou a perceber o quão elevado era o preço pago pelas concessões feitas aos segmentos populares para a garantia do apoio ao neodesenvolvimentismo. Por este motivo, o comportamento da burguesia interna, no caso do *impeachment*, foi diferente ao do caso do mensalão, quando essa fração da burguesia interna saiu em defesa do presidente Lula (BOITO JR., 2018).

¹⁷ O programa de governo da candidata Marina Silva abraçou a agenda econômica do neoliberalismo. A candidata levava uma proposta de nova política, associada, também, a ideia de sustentabilidade, além de buscar capitalizar sua imagem pessoal singular, com suas origens populares, seu percurso político e sua religiosidade.

¹⁸ É oportuno, ainda que não seja o foco desse trabalho, sinalizar tanto o contexto político-partidário em que aconteceu o processo que culminou no *impeachment*, quanto os arranjos políticos que podem se constituir em uma chave explicativa da adesão da FIESP àquele processo. Neste sentido, é plenamente razoável que Paulo Skaf tenha se valido da sua condição de direção para buscar melhores condições para se eleger governador do estado de São Paulo. Em um cenário político em que o PT estava muito fragilizado, a situação econômica se agudizava e a Lava Jato se fortalecia, não é nenhum absurdo supor que o *impeachment*, que tornaria Michel Temer (do mesmo partido de Skaf) Presidente da República, seria um importante passo rumo a vitória de Skaf na eleição para o governo de São Paulo, em 2018.

Sintomático desse momento foi o episódio da campanha “Não vou pagar o pato”, que tinha como mascote um enorme pato amarelo. Lançada em 3 de setembro de 2015, a campanha contrapôs-se ao aumento dos tributos e ao retorno da CPMF (que resultaria num aumento de R\$ 68 bilhões líquidos de arrecadação do governo central, já descontando o repasse para Estados e municípios). Sem conseguir criar as condições para que a contribuição voltasse a ser cobrada, o aumento da arrecadação para fazer frente ao déficit nas contas públicas era dificultado (BOITO JR., 2018; FIESP, 2019(a)).

Destarte, os sinais da falência da frente neodesenvolvimentista foram se avolumando até que, em 14 de dezembro de 2015, doze dias após Eduardo Cunha (presidente da Câmara Federal) ter aberto o processo de *impeachment*, foi realizada uma reunião conjunta das diretorias da FIESP e do CIESP, quando se decidiu apoiar formalmente este processo. Segundo os dirigentes dessas entidades, a decisão refletia o desejo dos industriais paulistas, demonstrado em levantamento feito pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da FIESP e do CIESP¹⁹.

Além do apoio formal, a FIESP se expressou de outras maneiras, como, por exemplo, no financiamento das manifestações de rua em defesa do *impeachment* (nas quais o pato da FIESP virou um símbolo) e nos acampamentos realizados em frente a sua sede (BASTOS, 2017). Ademais, manteve na fachada de seu prédio, na Avenida Paulista, n. 1313, painéis luminosos que pediam: “renúncia já!”.

A guinada da FIESP, no sentido de apoiar o *impeachment*, foi resultado da compreensão de que somente com o fim da frente neodesenvolvimentista e a retirada do PT do governo seria possível promover uma política econômica guiada pela redução das políticas sociais (liberando recursos para potencializar a acumulação do capital) e barateamento da força de trabalho (retirando as proteções aos trabalhadores contidas em legislações elaboradas ainda na época do presidente Getúlio Vargas)²⁰.

Portanto, a FIESP analisou a conjuntura para promover o que entendia como de interesse dos industrialistas. Nesse momento, o MDB buscava se viabilizar como alternativa ao PT no governo. Para isto, tanto “Uma ponte para o futuro” (documento elaborado pelo partido), quanto a atuação de Eduardo Cunha no Congresso cumpriam a função de atrair para o seu lado as classes e frações de classe no interior do bloco no poder, repercutindo, ainda, a insatisfação daqueles que financiavam suas campanhas políticas, que não vinham recebendo do governo o que consideravam ser os “agrados” necessários para que a relação entre legislativo e executivo ocorresse de maneira tranquila (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

O documento sinalizava ao bloco no poder que as reformas constitucionais (especialmente, previdenciária e trabalhista), que tivessem capacidade de conciliar alguns dos interesses das classes e frações de classe dominantes, seriam realizadas. E mais, afirmava que “taxar mais as famílias e as empresas, transferindo seus recursos para o Estado, seria algo disfuncional e danoso para a capacidade de competição do nosso setor produtivo” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 6). Desse modo, o documento abria um canal de comunicação com a burguesia interna, ao tratar de tema caro a essa fração burguesa: redução de custos.

Nesse documento, o MDB, também, abria um canal de diálogo com os parlamentares, ao defender, na linha da abordagem fiscalista, o fim das vinculações constitucionais (diminuindo a rigidez das despesas) e a realização de uma reforma no sistema orçamentário, que conferiria maior liberdade aos congressistas em relação ao poder de editar as chamadas emendas parlamentares, consolidando apoio fisiológico ao processo de impedimento. A privatização era apresentada como o caminho para construção e operação de infraestrutura e que o Estado não deveria interferir nos modelos de negócios que consubstanciavam decisões econômicas privadas (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

Dessa maneira, o apoio da FIESP ao impedimento de 2016 bem demonstra que a entidade

¹⁹A pesquisa teria ouvido, entre os dias 9 e 11 do mês de dezembro de 2015, 1113 empresas no estado. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>>.

²⁰ Contudo, a burguesia interna não foi uníssona perante o *impeachment*. Uma parte dela foi retirada da luta política pela operação Lava Jato (diversos executivos e proprietários das maiores empreiteiras do país foram presos), não tendo nenhuma condição de expressar sua posição. Outra parte ficou neutra, como foi o caso da indústria de construção naval, que relutou a aderir ao *impeachment*, afinal crescia a taxas anuais de 19% e, com o impedimento, teve que se confrontar com o governo Michel Temer, que operou verdadeiro desmonte da política de conteúdo local (BOITO JR., 2018).

industrialista não só desembarcava da frente neodesenvolvimentista, que havia integrado, como passava a defender para a sucessão presidencial um programa que prometia atacar os interesses de setores que referendavam a mencionada frente. Por isso, as medidas econômicas implementadas, após o impedimento de 2016, como a PEC do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista, a possibilidade de terceirização das atividades-fim, a reforma da previdência, dentre outras, foram aqui definidas como Agenda FIESP II: (i) pelo relevante papel da agitação política da FIESP naquele momento histórico; (ii) pelo esgotamento da etapa inicial, chamada Agenda FIESP, com as desonerações fiscais, buscando uma radicalização desta, visando, desta feita, a redução do custo-trabalho; e (iii) pelo fato da FIESP ter abandonado a chamada frente neodesenvolvimentista e aderido a uma (nova) utopia neoliberal, que já havia causado prejuízos de médio prazo para o setor industrial na década de noventa. Na próxima seção se fará as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso do presente artigo, procurou-se investigar e delimitar as pretensas razões econômicas que impulsionaram a FIESP a apoiar o impedimento de 2016. Para viabilizar metodologicamente tal análise, realizou-se a investigação no plano concreto-real, trabalhando com os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

Destarte, para entender as razões, motivos e interesses que determinaram esse apoio, foi necessário identificar como aquela entidade – enquanto integrante da burguesia interna, numa economia dependente financeira e tecnologicamente – estava posicionada no bloco no poder. Isso somente é possível levando em conta que as classes e frações de classe atuam politicamente e, portanto, avaliando conjunturas para traçar novos objetivos que podem representar avanços ou recuos de sua posição no interior desse bloco.

Concluiu-se que o apoio da FIESP ao impedimento da Presidenta se deu com o intuito de aprofundar a agenda defendida durante o primeiro Governo de Dilma Rousseff, radicalizando a pauta iniciada com as desonerações fiscais, desta feita através da redução do custo do trabalho e outras medidas liberalizantes, que, como mencionado, foram aqui denominadas de Agenda FIESP II.

A bem da verdade, esse comportamento da FIESP revela uma característica pouco consequente da burguesia interna. Suas decisões e escolhas estão muito mais ligadas às circunstâncias imediatas e às conjunturas do que a projetos de médio e longo prazo, o que dificulta um desenvolvimento sustentável da indústria nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. P.; WERNECK, R. *Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994*. In: ABREU, M. P. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALENCAR, K. Kennedy Alencar entrevista Paulo Skaf (Bloco 1/3). Programa "É Notícia" exibido em 26/05/13. Publicado em 12 de jul. de 2013.
- ALMEIDA, J. S.; NOVAIS, L. F. Indústria e política industrial no contexto pós-crise. In: NOVAIS, L. F. *et al.* (Orgs). *A economia brasileira no contexto da crise global*. São Paulo: Fundap, 2014.
- ALMEIDA JR., M. *A política fiscal no Brasil e perspectivas para 2015/2018*. In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- ALMEIDA JR., M.; LISBOA, M. B.; PESSOA, S. *O ajuste inevitável ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido*. 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/4fztv5o> >.
- ALMEIDA, J. S. G.; NOVAIS, L. F.; ROCHA, M. A. *A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise*. Campinas: Instituto de Economia / Unicamp, 2016 (*Working Paper*).
- ARBACHE, J. *Como elevar a produtividade?* In: GIAMBIAGI, Fabio; PORTO, Claudio. Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BARBOSA, C. A. *A Fiesp e o Estado Nacional: De escudeiros e opositores (Uma breve história do empresariado industrial paulista e a crise do regime autoritário) 1979 a 1985*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008. Disponível em: < <https://bit.ly/4fvAixe> >.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados* [online]. 2017, v. 31, n. 89, pp. 51-60.
- BARBOSA-FILHO, N. H. Revisionismo histórico e ideologia: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. *Brazilian Keynesian Review*, v. 4, p. 102, 2018.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. In: Revista de Economia Contemporânea, núm. esp., 2017, pp. 1-63.
- BERRINGER, T. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). *OIKOS* (Rio de Janeiro), v. 16, n. 1, 2017.
- BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Edunicamp, 2018.
- BOITO JR., A. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. 2012. Disponível em: < <https://bit.ly/4iO3UZk> >. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BOITO JR., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, 2013, 21.47, pp. 31-38.
- BORGES, B. Como a Lava-Jato afetou o PIB? Novas evidências para o debate. In: BLOG DO IBRE/FGV. 14 de setembro de 2023. Disponível em: < <https://bit.ly/49Ymgmv> >.
- CAETANO, M. A. Reforma previdenciária, cedo ou tarde. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. *Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- CALICCHIO, V.; DELGADO, I. G. Verbete: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. FGV-CPDOC. Disponível em: < <https://bit.ly/3YY33tb> >. 2019.
- CAMPOS, P. H. Os efeitos da crise econômica e da operação Lava-jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 24.1: 127-153. Mediações, Londrina, v. 24 n. 1, pp. 127-153, jan./abr. 2019.
- CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 35, n. 3, pp. 444-460, 2015.

- CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CARVALHO, S. S. *Uma visão geral sobre a reforma trabalhista*. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, Brasília-DF, n. 63, p. 81-92, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3YNzJ63>>. Acesso em: 07 mai. 2023.
- CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fabio... [et al]. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CIESP. **História**. Disponível em: <<http://www.ciespoeste.org.br/sobre/historia/>>. Acesso em 12 jan. 2019.
- CODACE. *Comitê de Datação de Ciclos Econômicos*. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4svtzbcz>>.
- DUARTE, F. J. M.. O liberal-desenvolvimentismo da FIESP nos governos do PT: a construção pragmática de uma agenda político-econômica. *Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)*, v. 8, p. 35-63, 2020.
- FERREIRA, F. H. C.; FIRMO, M. G. *Uma política social para uma economia competitiva*. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. Proposta para o governo 2015/2018: Agenda para um país próspero e competitivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- FIESP. *Brasil do Diálogo pela Produção e Emprego*. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3GkMHEF>>.
- FIESP. *Campanha da FIESP "NÃO VOU PAGAR O PATO" é contra aumento e a criação de impostos*. Disponível em: <<https://bit.ly/3GhPfyF>>. Acesso em 10 jan. 2019.
- FIESP. *Sobre a FIESP: departamentos*. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/> >. Acesso em 10 jan. 2019.
- FILGUEIRAS, L. A. M. Política, Economia e Corrupção: A Reconfiguração do Bloco no Poder no Brasil. In: **OAPS** Salvador, 26 de abril de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3GnSzoC>>.
- FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3FyyKZd>>.
- KRUGMAN, P. Que diabos aconteceu com o Brasil? In: IHU, 15 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3YUzIgh>>.
- MARTUSCELLI, D. E. Poulantzas e o conceito de burguesia interna. *Demarcaciones*, n. 2, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Brazilian Journal of Political Economy*, 2011, v. 31, n. 4, pp. 507-527.
- PALOCCI FILHO, A. *Sobre formigas e cigarras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- PINTO, E. C.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. *Revista De Economia Política* (Impresso), v. 34, pp. 55-78, 2014.
- REIS, D. A. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3YTt3zZ>>.
- ROCHA, M. A. Transformações produtivas e patrimoniais no Brasil pós-crise. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (Org.). *Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro*. Brasil: em busca de um novo modelo de desenvolvimento, 1ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015, v. 4, p. 161-202.
- ROMERO, C. País mudou sua matriz econômica, diz Holland. In: *VALOR.GLOBO*, Brasília, 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3YPufPH>>.
- ROSSI, P.; MELLO, G. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado. *Brazilian Keynesian Review*, 2017, 2.2: 252-263.
- ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. Do industrialismo ao financismo. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, 2015.
- SAFATLE, C.; BORGES, J.; OLIVEIRA, R. *Anatomia de um Desastre*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos*, n. 102, Julho, 2015.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKAF, P.; HENRIQUE, A.; SILVA, P. P. Um acordo pela indústria brasileira. *FOLHA UOL*. São Paulo, quinta-feira, 26 de maio de 2011. Disponível em: < <https://bit.ly/3VRRiXA>>.

SOUZA, N. A. *Economia Brasileira Contemporânea*: de Getúlio a Lula. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VILLAVERDE, J. *Perigosas Pedaladas*: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

